

## COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS

### REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA – DIA 26/03/2013

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e treze, às quatorze horas e cinquenta minutos, na sala de Reuniões da Secretaria de Estado da Saúde, deu-se início a 1ª (primeira) Reunião Extraordinária da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) do ano de 2013, conduzida pela Secretária de Estado da Saúde e Presidente da CIB, **Sra. Vanda Maria Gonçalves Paiva**, com a presença do Secretário Municipal de Saúde de Monte do Carmo e Presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde (COSEMS), **Sr. Sinvaldo dos Santos Moraes**, e dos membros: **SESAU**: Ruth Mercês Lustosa Nogueira Paranaguá/Diretora do Departamento de Vigilância e Proteção a Saúde; Morgana Martins dos Santos/Diretora do Departamento de Atenção e Promoção a Saúde; Mísia Saldanha Figuerêdo/Diretora de Planejamento do SUS; Linvalda Rodrigues Henriques de Araújo/Diretora Geral da Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde; Maria Nadir da Conceição Santos/Diretora de Atenção Primária; Ludimila Alves Monturil Barros/Diretora de Gestão do Desempenho e Regulação do Trabalho; Hernane Farias Monteiro/Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Estadual de Saúde; e, Gábia Gerciann Vieira Oliveira Santos/Coordenação de Convênios. **COSEMS**: Sirlene Pereira dos Santos Farias/SMS de Novo Alegre e Representante da Região de Saúde Sudeste; Rubens Carlos Neves/SMS de Araguaína e Representante da Região de Saúde de Araguaína; Maria da Conceição Marinho Farias Rêgo/SMS de Tocantinópolis e Representante da Região de Saúde Bico do Papagaio; Larissa Arantes Lopes/SMS de Guaraí e Representante da Região de Saúde de Serrado Tocantins Araguaia; Rui Araújo Azevedo/SMS de Paraíso e Representante da Região de Saúde de Cantão; Sílvio Marcos Oliveira Lira/SMS de São Félix e Representante da Região de Saúde Capim Dourado; e, Walter Balestra/SMS de Palmas e Representante da Capital.

**Pontos de Pauta para Pactuação e Aprovação: ITEM 1 – Pactuação e Aprovação da Pauta**: A Secretária de Estado da Saúde e Presidente da CIB, **Sra. Vanda Maria Gonçalves Paiva** fez a leitura da Pauta da reunião que contém: 2 (dois) Pontos para Pactuação e Aprovação, e 1 (um) Ponto para Apresentação e Homologação. Pauta aprovada pela plenária. **ITEM 2 – Pactuação e Aprovação do quadro de Macroalocação de Recursos Financeiros e seus respectivos quadros de detalhamento, referentes à Programação Pactuada e Integrada da Assistência do Estado do Tocantins/2013**: O Gestor em Saúde, Técnico da Diretoria Geral de Atenção e Promoção à Saúde, **Sr. Carlos Alexandre Cunha Nunes**

33 iniciou sua apresentação informando se tratar dos tetos de Média e Alta Complexidade  
34 (MAC) dos municípios, considerando a aprovação da PPI que ocorreu no final do último mês  
35 de novembro, construída pelos técnicos da SESAU junto aos do COSEMS. Afirmou que no  
36 primeiro quadro foram alocados todos os recursos de MAC para todos os municípios do  
37 Estado. Destacou que a composição do teto total do Estado apresenta o montante de  
38 aproximadamente R\$271.000.000,00 (duzentos e setenta e um milhões de reais). Expôs que  
39 o quadro 2 (dois) corresponde aos recursos que estão programados para a gestão do Estado  
40 no valor de R\$9.471.379,50 (nove milhões quatrocentos e setenta e um mil trezentos e  
41 setenta e nove reais e cinquenta centavos), que totalizam o teto MAC do Tocantins em  
42 R\$281.137.233,64 (duzentos e oitenta e um milhões cento e trinta e sete mil duzentos e trinta  
43 e três reais e sessenta e quatro centavos). Apresentou o quadro 7 (sete) que representa a  
44 distribuição por gestão. Acerca deste quadro fez algumas observações. Citou que alguns  
45 municípios ainda se encontram sob a gestão do Estado na MAC ou na gestão da Atenção  
46 Básica. Comentou que em decorrência do município de Abreulândia não possuir capacidade  
47 instalada de MAC foi encaminhada toda sua programação para seu município de referência,  
48 ficando assim sob gestão do Estado. Quanto aos municípios de Aguiarnópolis e Aliança do  
49 Tocantins, afirmou que estes possuem gestão plena dos seus serviços. No caso de  
50 Araguaína destacou que o município possui recursos sob as duas gestões. Ressaltou que  
51 alguns municípios ficaram com o teto menor, e outros com o teto maior, do que o  
52 existente/vigente, em decorrência da não programação correta ou da falta de apresentação  
53 da produção pelos próprios responsáveis. Outro motivo seria em razão de que municípios  
54 que possuem Hospital de Pequeno Porte (HPP) que têm a parte hospitalar, mas  
55 referenciaram todo o serviço. **Abreulândia** o valor de R\$ 6,85 (seis reais e oitenta e cinco  
56 centavos) na gestão estadual; **Aguiarnópolis** o valor de R\$ 11.356,34 (onze mil trezentos e  
57 cinquenta e seis reais e trinta e quatro centavos) na gestão municipal; **Aliança do Tocantins**  
58 o valor de R\$ 38.808,77 (trinta e oito mil oitocentos e oito reais e setenta e sete centavos) na  
59 gestão municipal; **Almas** o valor de R\$ 109.235,49 (cento e nove mil duzentos e trinta e  
60 cinco reais e quarenta e nove centavos) na gestão estadual; **Alvorada** o valor de R\$  
61 191.555,33 (cento e noventa e um mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e trinta e três  
62 centavos) na gestão estadual; **Ananás** o valor de R\$ 566.992,05 (quinhentos e sessenta e  
63 seis mil novecentos e noventa e dois reais e cinco centavos) na gestão municipal; **Angico** o  
64 valor de R\$ 6,21 (seis reais e vinte e um centavos) na gestão estadual; **Aparecida do Rio**  
65 **Negro** o valor de R\$ 11.104,28 (onze mil cento e quatro reais e vinte e oito centavos) na

66 gestão municipal; **Aragominas** o valor de R\$103,33 (cento e três reais e trinta e três  
67 centavos) na gestão estadual; **Araguacema** R\$199.105,35 (cento e noventa e nove mil cento  
68 e cinco reais e trinta e cinco centavos) na gestão estadual; **Araguaçu** R\$348.346,81  
69 (trezentos e quarenta e oito mil trezentos e quarenta e seis reais e oitenta e um centavos) na  
70 gestão estadual; **Araguaína** o valor de R\$76.145.909,70 (setenta e seis milhões cento e  
71 quarenta e cinco mil novecentos e nove reais e setenta centavos) na gestão estadual, e  
72 R\$19.599.188,86 (dezenove milhões quinhentos e noventa e nove mil cento e oitenta e oito  
73 reais e oitenta e seis centavos) na gestão municipal; **Araguanã** o valor de R\$77.240,54  
74 (setenta e sete mil duzentos e quarenta reais e cinqüenta e quatro centavos) na gestão  
75 municipal; **Araguatins** o valor de R\$1.566.260,06 (um milhão quinhentos e sessenta e seis  
76 mil duzentos e sessenta reais e seis centavos) na gestão municipal; **Arapoema** o valor de  
77 R\$93.415,27 (noventa e três mil quatrocentos e quinze reais e vinte e sete centavos) na  
78 gestão estadual; **Arraias** o valor de R\$603.773,16 (seiscentos e três mil setecentos e setenta e  
79 três reais e dezesseis centavos) na gestão estadual; **Augustinópolis** o valor de  
80 R\$7.093.970,69 (sete milhões noventa e três mil novecentos e setenta reais e sessenta e  
81 nove centavos) na gestão estadual; **Aurora do Tocantins** o valor de R\$371,39 (trezentos e  
82 setenta e um reais e trinta e nove centavos) na gestão estadual; **Axixá do Tocantins** o valor  
83 de R\$28.817,94 (vinte e oito mil oitocentos e dezessete reais e noventa e quatro centavos)  
84 na gestão municipal; **Babaçulândia** o valor de R\$23.203,02 (vinte e três mil duzentos e três  
85 reais e dois centavos) na gestão municipal; **Bandeirantes do Tocantins** o valor de R\$1,77  
86 (um real e setenta e sete centavos) na gestão estadual; **Barra do Ouro** o valor de  
87 R\$10.998,69 (dez mil novecentos e noventa e oito reais e sessenta e nove centavos) na  
88 gestão municipal; **Barrolândia** o valor de R\$111.950,51 (cento e onze mil novecentos e  
89 cinqüenta reais e cinqüenta e um centavos) na gestão municipal; **Bernardo Sayão** o valor de  
90 R\$12.029,70 (doze mil e vinte e nove reais e setenta centavos) na gestão estadual; **Bom**  
91 **Jesus do Tocantins** o valor de R\$ 9.432,86 (nove mil quatrocentos e trinta e dois reais e  
92 oitenta e seis centavos) na gestão estadual; **Brasilândia do Tocantins** o valor de  
93 R\$28.754,44 (vinte e oito mil setecentos e cinqüenta e quatro reais e quarenta e quatro  
94 centavos) na gestão municipal; **Brejinho de Nazaré** o valor de R\$226.340,29 (duzentos e  
95 vinte e seis mil trezentos e quarenta reais e vinte e nove centavos) na gestão estadual; **Buriti**  
96 **do Tocantins** o valor de R\$139.122,13 (cento e trinta e nove mil cento e vinte e dois reais e  
97 treze centavos) na gestão estadual; **Cachoeirinha** o valor de R\$165,26 (cento e sessenta e  
98 cinco reais e vinte e seis centavos) na gestão estadual; **Campos Lindos** o valor de R\$73,44

99 (setenta e três reais e quarenta e quatro centavos) na gestão estadual; **Cariri do Tocantins**  
100 o valor de R\$548,97 (quinhentos e quarenta e oito reais e noventa e sete centavos) na  
101 gestão estadual; **Carmolândia** o valor de R\$1.912,83 (mil novecentos e doze reais e oitenta  
102 e três centavos) na gestão estadual; **Carrasco Bonito** o valor de R\$1.022,84 (mil e vinte e  
103 dois reais e oitenta e quatro centavos) na gestão estadual; **Caseara** o valor de R\$13.154,50  
104 (treze mil cento e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos) na gestão municipal;  
105 **Centenário** o valor de R\$0,89 (oitenta e nove centavos) na gestão estadual; **Chapada da**  
106 **Natividade** o valor de R\$757,92 (setecentos e cinquenta e sete reais e noventa e dois  
107 centavos) na gestão estadual; **Chapada de Areia** o valor de R\$15,41 (quinze reais e  
108 quarenta e um centavos) na gestão estadual; **Colinas do Tocantins** o valor de  
109 R\$2.846.855,75 (dois milhões oitocentos e quarenta e seis mil oitocentos e cinquenta e cinco  
110 reais e setenta e cinco centavos) na gestão municipal; **Colméia** o valor de R\$423.714,85  
111 (quatrocentos e vinte e três mil setecentos e quatorze reais e oitenta e cinco centavos) na  
112 gestão municipal; **Combinado** o valor de R\$244.286,07 (duzentos e quarenta e quatro mil  
113 duzentos e oitenta e seis reais e sete centavos) na gestão estadual; **Conceição do**  
114 **Tocantins** o valor de R\$24.542,74 (vinte e quatro mil quinhentos e quarenta e dois reais e  
115 setenta e quatro centavos) na gestão estadual; **Couto Magalhães** o valor de R\$120.282,28  
116 (cento e vinte mil duzentos e oitenta e dois reais e vinte e oito centavos) na gestão municipal;  
117 **Cristalândia** o valor de R\$447.539,88 (quatrocentos e quarenta e sete mil quinhentos e trinta  
118 e nove reais e oitenta e oito centavos) na gestão municipal; **Crixás do Tocantins** o valor de  
119 R\$1.459,65 (mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e sessenta e cinco centavos) na  
120 gestão estadual; **Darcinópolis** o valor de R\$14.538,85 (quatorze mil quinhentos e trinta e  
121 oito reais e oitenta e cinco centavos) na gestão municipal; **Dianópolis** o valor de  
122 R\$1.676.158,07 (um milhão seiscentos e setenta e seis mil cento e cinquenta e oito reais e  
123 sete centavos) na gestão estadual, e R\$99.000,00 (noventa e nove mil reais) na gestão  
124 municipal; **Divinópolis do Tocantins** o valor de R\$162.684,76 (cento e sessenta e dois mil  
125 seiscentos e oitenta e quatro reais e setenta e seis centavos) na gestão municipal; **Dois**  
126 **Irmãos do Tocantins** o valor de R\$98.168,22 (noventa e oito mil cento e sessenta e oito  
127 reais e vinte e dois centavos) na gestão municipal; **Dueré** o valor de R\$191.455,16 (cento e  
128 noventa e um mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos) na gestão  
129 municipal; **Esperantina** o valor de R\$81.011,73 (oitenta e um mil e onze reais e setenta e  
130 três centavos) na gestão municipal; **Fátima** o valor de R\$24.541,80 (vinte e quatro mil  
131 quinhentos e quarenta e um mil e oitenta centavos) na gestão estadual; **Figueirópolis** o

132 valor de R\$181.990,98 (cento e oitenta e um mil novecentos e noventa reais e noventa e oito  
133 centavos) na gestão estadual; **Filadélfia** o valor de R\$18.992,08 (dezoito mil novecentos e  
134 noventa e dois reais e oito centavos) na gestão municipal; **Formoso do Araguaia** o valor de  
135 R\$787.566,14 (setecentos e oitenta e sete mil quinhentos e sessenta e seis reais e quatorze  
136 centavos) na gestão municipal; **Fortaleza do Tabocão** o valor de R\$41.322,01 (quarenta e  
137 um mil trezentos e vinte e dois reais e um centavo) na gestão municipal; **Goianorte** o valor  
138 de R\$12.214,42 (doze mil duzentos e quatorze reais e quarenta e dois centavos) na gestão  
139 estadual; **Goiatins** o valor de R\$411.849,67 (quatrocentos e onze mil e oitocentos e quarenta  
140 e nove reais e sessenta e sete centavos) na gestão estadual; **Guaraí** o valor de  
141 R\$974.087,15 (novecentos e setenta e quatro mil e oitenta e sete reais e quinze centavos) na  
142 gestão estadual, e R\$395.790,06 (trezentos e noventa e cinco mil setecentos e noventa reais  
143 e seis centavos) na gestão municipal; **Gurupi** o valor de R\$18.970.611,51 (dezoito milhões  
144 novecentos e setenta mil seiscentos e onze reais e cinqüenta e um centavos) na gestão  
145 estadual, e R\$4.288.210,26 (quatro milhões duzentos e oitenta e oito mil e duzentos e dez  
146 reais e vinte e seis centavos) na gestão municipal; **Ipueiras** o valor de R\$687,03 (seiscentos  
147 e oitenta e sete reais e três centavos) na gestão estadual; **Itacajá** o valor de R\$89.403,14  
148 (oitenta e nove mil quatrocentos e três reais e quatorze centavos) na gestão municipal;  
149 **Itaguatins** o valor de R\$245.495,47 (duzentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e noventa  
150 e cinco reais e quarenta e sete centavos) na gestão estadual; **Itapiratins** o valor de  
151 R\$1.781,18 (mil setecentos e oitenta e um reais e dezoito centavos) na gestão estadual;  
152 **Itaporã do Tocantins** o valor de R\$21.842,68 (vinte e um mil oitocentos e quarenta e dois  
153 reais e sessenta e oito centavos) na gestão municipal; **Jaú do Tocantins** o valor de  
154 R\$34.537,98 (trinta e quatro mil quinhentos e trinta e sete reais e noventa e oito centavos) na  
155 gestão municipal; **Juarina** o valor de R\$0,07 (sete centavos) na gestão estadual; **Lagoa da**  
156 **Confusão** o valor de R\$228.981,28 (duzentos e vinte e oito mil novecentos e oitenta e um  
157 reais e vinte e oito centavos) na gestão estadual; **Lagoa do Tocantins** o valor de  
158 R\$33.204,88 (trinta e três mil duzentos e quatro reais e oitenta e oito centavos) na gestão  
159 municipal; **Lajeado** o valor de R\$396.213,84 (trezentos e noventa e seis mil duzentos e treze  
160 reais e oitenta e quatro centavos) na gestão municipal; **Lavandeira** o valor de R\$5.107,12  
161 (cinco mil cento e sete reais e doze centavos) na gestão municipal; **Lizarda** o valor de  
162 R\$0,47 (quarenta e sete centavos) na gestão estadual; **Luzinópolis** o valor de R\$0,80  
163 (oitenta centavos) na gestão estadual; **Marianópolis do Tocantins** o valor de R\$83.417,89  
164 (oitenta e três mil quatrocentos e dezessete reais e oitenta e nove centavos) na gestão

165 municipal; **Mateiros** o valor de R\$2.271,63 (dois mil duzentos e setenta e um reais e  
166 sessenta e três centavos) na gestão estadual; **Maurilândia do Tocantins** o valor de  
167 R\$149,98 (cento e quarenta e nove reais e noventa e oito centavos) na gestão estadual;  
168 **Miracema do Tocantins** o valor de R\$1.121.432,58 (um milhão cento e vinte e um mil  
169 quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos) na gestão estadual; **Miranorte**  
170 o valor de R\$126.932,53 (cento e vinte e seis mil novecentos e trinta e dois reais e cinquenta  
171 e três centavos) na gestão estadual, e R\$195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais)  
172 referente ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) na gestão municipal; **Monte**  
173 **do Carmo** o valor de R\$183.847,38 (cento e oitenta e três mil oitocentos e quarenta e sete  
174 reais e trinta e oito centavos) na gestão municipal; **Monte Santo do Tocantins** o valor de  
175 R\$80,73 (oitenta reais e setenta e três centavos) na gestão estadual; **Muricilândia** o valor de  
176 R\$0,22 (vinte e dois centavos) na gestão estadual; **Natividade** o valor de R\$436.371,78  
177 (quatrocentos e trinta e seis mil trezentos e setenta e um reais e setenta e oito centavos) na  
178 gestão estadual; **Nazaré** o valor de R\$69.608,29 (sessenta e nove mil seiscentos e oito reais  
179 e vinte e nove centavos) na gestão municipal; **Nova Olinda** o valor de R\$146.366,69 (cento e  
180 quarenta e seis mil trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e nove centavos) na gestão  
181 municipal; **Nova Rosalândia** o valor de R\$56.260,36 (cinquenta e seis mil duzentos e  
182 sessenta reais e trinta e seis centavos) na gestão municipal; **Novo Acordo** o valor de  
183 R\$38.650,75 (trinta e oito mil seiscentos e cinquenta reais e setenta e cinco centavos) na  
184 gestão estadual, e R\$195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais) referente ao SAMU na  
185 gestão municipal; **Novo Alegre** o valor de R\$14.868,93 (quatorze mil oitocentos e sessenta e  
186 oito reais e noventa e três centavos) na gestão municipal; **Novo Jardim** o valor de R\$1,61  
187 (um real e sessenta e um centavos) na gestão estadual; **Oliveira de Fátima** o valor de  
188 R\$1,87 (um real e oitenta e sete centavos) na gestão estadual; **Palmas** o valor de  
189 R\$77.242.846,34 (setenta e sete milhões duzentos e quarenta e dois mil oitocentos e  
190 quarenta e seis reais e trinta e quatro centavos) na gestão estadual, e R\$32.700.688,54  
191 (trinta e dois milhões setecentos mil seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta e quatro  
192 centavos) na gestão municipal; **Palmeirante** o valor de R\$0,07 (sete centavos) na gestão  
193 estadual; **Palmeiras do Tocantins** o valor de R\$53.928,68 (cinquenta e três mil novecentos  
194 e vinte e oito reais e sessenta e oito centavos) na gestão estadual; **Palmeirópolis** o valor de  
195 R\$289.287,27 (duzentos e oitenta e nove mil duzentos e oitenta e sete reais e vinte e sete  
196 centavos) na gestão municipal; **Paraíso do Tocantins** o valor de R\$2.722.233,64 (dois  
197 milhões setecentos e vinte e dois mil e duzentos e trinta e três reais e sessenta e quatro

centavos) na gestão estadual, e R\$2.318.410,13 (dois milhões trezentos e dezoito mil quatrocentos e dez reais e treze centavos) na gestão municipal; **Paraná** o valor de R\$78.636,84 (setenta e oito mil e seiscentos e trinta e seis reais e oitenta e quatro centavos) na gestão municipal; **Pau D'arco** o valor de R\$11.708,42 (onze mil setecentos e oito reais e quarenta e dois centavos) na gestão municipal; **Pedro Afonso** o valor de R\$756.057,64 (setecentos e cinquenta e seis mil e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro reais) na gestão estadual; **Peixe** o valor de R\$291.877,26 (duzentos e noventa e um mil oitocentos e setenta e sete reais e vinte e seis centavos) na gestão municipal; **Pequizeiro** o valor de R\$87.927,36 (oitenta e sete mil novecentos e vinte e sete reais e trinta e seis centavos) na gestão municipal; **Pindorama do Tocantins** o valor de R\$82.349,72 (oitenta e dois mil trezentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos) na gestão estadual; **Piraquê** o valor de R\$30.395,77 (trinta mil trezentos e noventa e cinco reais e setenta e sete centavos) na gestão municipal; **Pium** o valor de R\$203.784,35 (duzentos e três mil setecentos e oitenta e quatro reais e trinta e cinco centavos) na gestão municipal; **Ponte Alta do Bom Jesus** o valor de R\$33.225,97 (trinta e três mil duzentos e vinte e cinco reais e noventa e sete centavos) na gestão estadual; **Ponte Alta do Tocantins** o valor de R\$114.785,75 (cento e quatorze mil setecentos e oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos) na gestão estadual; **Porto Alegre do Tocantins** o valor de R\$12.686,07 (doze mil seiscentos e oitenta e seis reais e sete centavos) na gestão estadual; **Porto Nacional** o valor de R\$3.328.833,85 (três milhões trezentos e vinte e oito mil oitocentos e trinta e três reais e oitenta e cinco centavos) na gestão estadual, e R\$3.647.458,82 (três milhões seiscentos e quarenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos) na gestão municipal; **Praia Norte** o valor de R\$0,77 (setenta e sete centavos) na gestão estadual; **Presidente Kennedy** o valor de R\$171.785,41 (cento e setenta e um mil setecentos e oitenta e cinco reais e quarenta e um centavos) na gestão municipal; **Pugmil** o valor de R\$1.057,63 (mil e cinquenta e sete reais e sessenta e três centavos) na gestão estadual; **Recursolândia** o valor de R\$1,16 (um real e dezesseis centavos) na gestão estadual; **Riachinho** valor de R\$10.641,03 (dez mil seiscentos e quarenta e um reais e três centavos) na gestão municipal; **Rio da Conceição** o valor de R\$6.276,24 (seis mil duzentos e setenta e seis reais e vinte e quatro centavos) na gestão estadual; **Rio dos Bois** o valor de R\$0,05 (cinco centavos) na gestão estadual; **Rio Sono** o valor de R\$87.384,89 (oitenta e sete mil trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta e nove centavos) na gestão estadual; **Sampaio** o valor de R\$1,97 (um real e noventa e sete centavos) na gestão estadual; **Sandolândia** o valor de R\$1,86 (um real

231 e oitenta e seis centavos) na gestão estadual; **Santa Fé do Araguaia** o valor de  
232 R\$162.426,54 (cento sessenta e dois mil quatrocentos e vinte seis reais e cinqüenta e quatro  
233 centavos) na gestão municipal; **Santa Maria do Tocantins** o valor de R\$0,95 (noventa e  
234 cinco centavos) na gestão estadual; **Santa Rita do Tocantins** o valor de R\$1,72 (um real e  
235 setenta e dois centavos) na gestão estadual; **Santa Rosa do Tocantins** o valor de R\$0,15  
236 (quinze centavos) na gestão estadual; **Santa Tereza do Tocantins** o valor de R\$675,56  
237 (seiscentos e setenta e cinco reais e cinqüenta e seis centavos) na gestão estadual; **Santa**  
238 **Terezinha do Tocantins** o valor de R\$2,19 (dois reais e dezenove centavos) na gestão  
239 estadual; **São Bento do Tocantins** R\$0,10 (dez centavos) na gestão estadual; **São Felix do**  
240 **Tocantins** o valor de R\$1,79 (um real e setenta e nove centavos) na gestão estadual; **São**  
241 **Miguel do Tocantins** o valor de R\$32.205,42 (trinta e dois mil duzentos e cinco reais e  
242 quarenta e dois centavos) na gestão municipal; **São Salvador do Tocantins** o valor de  
243 R\$8,73 (oito reais e setenta e três centavos) na gestão estadual; **São Sebastião do**  
244 **Tocantins** o valor de R\$0,21 (vinte e um centavos) na gestão estadual; **São Valério da**  
245 **Natividade** o valor de R\$128,12 (cento e vinte e oito reais e doze centavos) na gestão  
246 estadual; **Silvanópolis** o valor de R\$178.601,46 (cento e setenta e oito mil seiscentos e um  
247 reais e quarenta e seis centavos) na gestão municipal; **Sítio Novo do Tocantins** o valor de  
248 R\$47.361,03 (quarenta e sete mil trezentos e sessenta e um reais e três centavos) na gestão  
249 estadual, e R\$0,40 (quarenta centavos) na gestão municipal; **Sucupira** o valor de R\$2,06  
250 (dois reais e seis centavos) na gestão estadual; **Taguatinga** o valor de R\$1.118.593,75 (um  
251 milhão cento e dezoito mil quinhentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos) na  
252 gestão estadual; **Taipas do Tocantins** o valor de R\$2,61 (dois reais e sessenta e um  
253 centavos) na gestão estadual; **Talismã** o valor de R\$31.699,48 (trinta e um mil seiscentos e  
254 noventa e nove reais e quarenta e oito centavos) na gestão municipal; **Tocantínia** o valor de  
255 R\$75.511,06 (setenta e cinco mil quinhentos e onze reais e seis centavos) na gestão  
256 municipal; **Tocantinópolis** o valor de R\$1.440.814,55 (um milhão quatrocentos e quarenta  
257 mil oitocentos e quatorze reais e cinqüenta e cinco centavos) na gestão municipal; **Tupirama**  
258 o valor de R\$1,57 (um real e cinqüenta e sete centavos) na gestão estadual; **Tupiratis** o  
259 valor de R\$485,87 (quatrocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e sete centavos) na gestão  
260 estadual; **Wanderlândia** o valor de R\$288.736,82 (duzentos e oitenta e oito mil e setecentos  
261 e trinta e seis reais e oitenta e dois centavos) na gestão municipal; **Xambioá** o valor de  
262 R\$472.871,36 (quatrocentos e setenta e dois mil oitocentos e setenta e um reais e trinta e  
263 seis centavos) na gestão estadual. Totalizando sob a Gestão Estadual, R\$195.983.616,00

264 (cento e noventa e cinco milhões novecentos e oitenta e três mil e seiscentos e dezesseis  
265 reais). Para a Gestão Municipal totalizaram R\$75.682.238,14 (setenta e cinco milhões  
266 seiscentos e oitenta e dois mil duzentos e trinta e oito reais e quatorze centavos). A Diretora  
267 de Controle, Regulação, Avaliação e Auditoria, **Sra. Sinara Mayena B. C. Silingowchi**  
268 destacou que os tetos apresentados serão encaminhados ao Ministério Público e publicados  
269 no Diário Oficial e passarão a vigorar após a publicação, provavelmente para a competência  
270 abril. Esclareceu a diferença entre a Gestão Municipal e Gestão Estadual, afirmando que na  
271 Municipal o gestor recebe fundo a fundo os recursos de média e alta complexidade, fatura o  
272 procedimento e encaminha as informações ao Ministério da Saúde. Na Estadual, o município  
273 encaminha ao Estado o seu faturamento, e o Estado repassa o recurso conforme o que foi  
274 faturado. Em relação aos Municípios que possuem recursos sob Gestão Municipal e  
275 Estadual, afirmou que são os que possuem serviços sob a Gestão Estadual e outros sob a  
276 Municipal. Destacou que ocorreu a reunião de uma comissão, conforme pactuado na última  
277 reunião de CIB em que aprovou a PPI, na qual foram feitos todos os ajustes. Ressaltou,  
278 porém ainda, que será revisado ajuste de portaria para alguns Municípios e alguns  
279 procedimentos típicos do monitoramento da PPI. Informou que será disponibilizado aos  
280 Municípios um link para impressão da PPI, e os novos Gestores que não pactuaram no ano  
281 passado, terão um prazo para rever seus valores e procedimentos. O **Sr. Carlos** informou a  
282 existência de mais um recurso que foi incorporado, relacionado a uma reserva de  
283 aproximadamente R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), estipulados no início do  
284 processo da programação, usado para o chamado “estouro da Autorização de Internação  
285 Hospitalar - AIH”. Destacou que o sistema trabalha com valores médios. Por exemplo, o  
286 Município de Tocantinópolis possui um valor médio de R\$300,00 (trezentos reais), e sua  
287 referência é Araguaína, tendo um valor médio de R\$800,00 (oitocentos reais), deste modo  
288 para não deixar de financiar o Município executor, utiliza-se da referida reserva. Sendo  
289 possível verificar este estouro somente no final da programação. Destacou que no primeiro  
290 momento, de estouro de AIH, foram cerca de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), caindo  
291 de aproximadamente R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para aproximadamente  
292 R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais) esta reserva. Destes aproximadamente nove  
293 milhões de reais de ajuste final da PPI, foi pactuado que seriam feitas reservas para o  
294 Tratamento Fora de Domicílio (TFD) Intermunicipal de todos os Municípios no valor de  
295 R\$2,20 (dois reais e vinte centavos) per capita por Município. Gerando um impacto de  
296 R\$3.043.579,00 (três milhões quarenta e três mil e quinhentos e setenta e nove reais) que foi

297 retirado da reserva técnica e distribuído entre os Municípios que apresentam a média  
298 complexidade e recebem fundo a fundo. Informou que a partir deste momento os gestores  
299 terão que apresentar suas produções do TFD. Declarou que os Municípios que estão sob  
300 gestão do Estado e que não apresentam o teto de MAC, ficam com uma parte do valor  
301 dentro do TFD Intermunicipal e outra no TFD Interestadual. Justificando que estes Municípios  
302 não têm como apresentar fatura, por não terem serviços de MAC. Informou ter sido feita  
303 reserva para os procedimentos de HPP, finalizando o valor de cerca de R\$4.319.000,00  
304 (quatro milhões e trezentos e dezenove mil reais). Expôs outras reservas que compõem a  
305 programação; o CAPS que possui financiamento global, PPI Interestadual – Goiânia/GO,  
306 alguns recursos que foram incorporados dentro da programação, TFD Interestadual e  
307 Unidade de Pronto Atendimento (UPA). O SMS de Araguaína e Representante da Região de  
308 Saúde Araguaína, **Sr. Rubens Carlos Neves** afirmou que o Estado havia disponibilizado  
309 para seu município alguns especialistas, porém posteriormente os especialistas retornaram  
310 para o Estado, restando apenas cinco. Informou ainda ter ficado acordado durante a última  
311 reunião sobre a PPI ocorrida na semana passada, que o Estado manteria o recurso  
312 necessário para manutenção desses profissionais e faria, a partir do dia primeiro de abril, o  
313 retorno deles às suas atividades no município. Enfatizou que o município não terá condições  
314 de garantir o acesso ao serviço e a manutenção do hospital com as portas abertas, tendo em  
315 vista a redução do recurso de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) para R\$200.000,00  
316 (duzentos mil reais). E solicitou a confirmação da garantia, dada na reunião, acerca da  
317 manutenção do recurso para que o serviço seja mantido. A Diretora do Departamento de  
318 Atenção e Promoção a Saúde, **Sra. Morgana Martins dos Santos** esclareceu que a  
319 comissão, junto aos municípios de Araguaína e Porto Nacional, estava finalizando as  
320 planilhas da pactuação da PPI e ficou acordado que seria dado ao município um prazo de  
321 três meses para rediscussão da pactuação financeira da manutenção dos serviços de MAC  
322 do município de Araguaína. Destacou ainda que a partir do dia primeiro de abril seria  
323 garantido recursos humanos especializados, ou seja, médicos para que seja mantida a  
324 média complexidade em consultas especializadas. A Secretária de Estado da Saúde e  
325 Presidente da CIB, **Sra. Vanda Maria Gonçalves Paiva** ressaltou porém a necessidade de  
326 averiguar se a SESAU já possui este especialista, não sendo possível contratar o profissional  
327 para ceder ao município, considerando também que será disponibilizado pelo Estado recurso  
328 financeiro ou humano, não os dois. A Subsecretária de Porto Nacional, **Sra. Maria Auri**  
329 **Gonçalves Sousa** esclareceu que o Estado havia cedido profissionais de otorrinolaringologia

330 e oftalmologia que eram do ambulatório gerido pelo Estado e transferidos para o município.  
331 Afirmou que após o retorno desses profissionais para o Estado foi conversado que estes  
332 mesmos, já concursados do Estado retornariam para o município para efetuar os  
333 atendimentos no ambulatório. Comentou que dentre esses três meses seria rediscutido a  
334 questão do teto, principalmente em relação à Araguaína com o hospital municipal em acordo  
335 com Hospital e Maternidade Dom Orione (HMDO). A **Sra. Vanda** afirmou que será feito  
336 contato com o Hospital Regional de Araguaína, pois já existe uma determinação judicial para  
337 que estes profissionais trabalhem no ambulatório, considerando ser uma questão apenas de  
338 espaço físico. Considerando a fala da **Sra. Maria Auri** a respeito do HMDO, o **Sr. Rubens**  
339 **Carlos** comentou que ficou estabelecido que a SESAU envidará esforços para que a  
340 pediatria retorne para HMDO. Retificando, a **Sra. Morgana** afirmou que não seria pediatria e  
341 sim pronto socorro. A **Sra. Vanda** comentou que nas discussões de teto tem-se problemas  
342 sérios de produção municipal. Afirmou que cerca de 40% (quarenta por cento) dos  
343 procedimentos não estão sendo informados ao Ministério, então se é produzido e não  
344 informado, não apresentado faturamento, é tido como não produzido, trazendo prejuízos para  
345 o Estado. Destacou a importância do cuidado na prestação dessas informações  
346 principalmente pelas cidades maiores. O **Sr. Rubens Carlos** afirmou que se é produzido não  
347 se sabe se está sendo informado, porém já se tem certeza de que o que está sendo  
348 informado é apenas da produção de médicos, não prestando informações sobre os  
349 enfermeiros, farmacêuticos, e todos os outros procedimentos. A **Sra. Vanda** afirmou que este  
350 problema de faturamento é um problema que tem que ser resolvido, e não apenas nos  
351 municípios. Comentou estar com um problema sério no Estado. Mencionou que está se  
352 reunido com as áreas do Hospital Geral de Palmas (HGP) para discussão da produção dos  
353 médicos. Informou que foi feita uma negociação com Ministério da Saúde para aumentar o  
354 teto do Estado, mas para isso foi necessário excluir a informação de município, baseando  
355 apenas nos hospitais estaduais, caso contrário, o MS não teria repassado recurso, deste  
356 modo como deu 105% (cento e cinco por cento) de produção o Ministério concordou com o  
357 aumento. A **Sra. Morgana** destacou a importância de se levar em consideração esse prazo  
358 de 3 (três) meses para renegociar a pactuação, em que o Estado também entra com a  
359 contrapartida junto ao hospital no pagamento do aluguel. Afirmou que é necessário montar o  
360 ambulatório de alta complexidade, de modo que haja um acordo e uma parceria com o  
361 município quanto ao espaço físico. A **Sra. Vanda** citou que o Centro de Especialidades  
362 Ambulatorial será montado, e a partir disto, todos os profissionais e o recurso irão para lá.

363 Ressaltou que o Estado não quer ficar com a gerência deste centro, mas tem interesse em  
364 repassar, não para o município sede, mas para o consórcio de municípios, para que todos  
365 tenham sua responsabilidade e cotização de serviços. Deste modo, o Estado entrará com a  
366 obra física e todos os equipamentos necessários. Informou que os municípios que  
367 entregaram Escritura de Terreno foram Paraíso, Porto Nacional e Dianópolis, destacando  
368 que em Palmas o terreno é do Estado. E os que ainda não entregaram foram Araguaína,  
369 Gurupi, Guaraí e Augustinópolis, observando que em Guaraí será doação pessoal do  
370 prefeito. Afirmou que já será providenciada a licitação para os equipamentos, destacando  
371 que são obras rápidas, e provavelmente em 2014, se todos os municípios entregarem as  
372 escrituras, todos os centros de Especialidades Ambulatoriais estarão funcionando. O **Sr.**  
373 **Rubens Carlos** comentou que havia uma Pactuação feita pelo município contando com 34  
374 (trinta e quatro) profissionais, quando na realidade passa a possuir apenas 5 (cinco), resulta  
375 numa produção baixa. O SMS de Palmas e Representante da Capital, **Sr. Walter Balestra**  
376 afirmou que a Sra. Haideé participou da reunião sobre a PPI e solicitou que ela repassasse  
377 as informações. A Representante Suplente de Palmas, **Sra. Haideé Campitelli Vasques**  
378 ressaltou que ainda restou uma reserva de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) que  
379 deverão ser distribuídos. Destacou que uma das propostas é a de contemplar as  
380 Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Estado, e após um estudo  
381 concluiu-se que chegariam a 385 (trezentas e oitenta e cinco mil) elencadas. A **Sra. Maria**  
382 **Auri** questionou afirmando que o Sr. Carlos havia informado que estes quatro milhões  
383 estavam destinados para o reajuste das AIH. O **Sr. Carlos** esclareceu que não, que eram  
384 R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), e já foram utilizados, restando agora os quatro  
385 milhões. A **Sra. Vanda** questionou quanto ao aumento de produtividade dos hospitais. E  
386 comentou que o hospital de Alvorada, que tem 16 (dezesseis) leitos, vai para 110 (cento e  
387 dez) leitos, considerando que a licitação será feita em 30 (trinta) dias, o hospital de Araguaçu  
388 foi para 50 (cinquenta) leitos, hospital de Miracema vai aumentar para 27 (vinte e sete) leitos,  
389 hospital de Dianópolis também aumentará leitos. A **Sra. Maria Auri** questionou se o recurso  
390 novo que o Estado conseguiu já foi redistribuído dentro dos hospitais. A **Sra. Vanda**  
391 esclareceu que sim, distribuído somente para os hospitais, pois o recurso foi conseguido  
392 tendo por base a produção dos hospitais estaduais. A **Sra. Sinara Mayena** afirmou que os  
393 quatro milhões ficarão na reserva, e que a fala da Sra. Haideé é pertinente, considerando  
394 que as APAE não têm os tetos estabelecidos na PPI. Destacou que esse recurso de reserva  
395 são para novos serviços que vão ser implantados, às vezes reajustes dos municípios, que

396 têm teto menor do que a produção. Ressaltou que todos os recursos utilizados da reserva  
397 serão apresentados na CIB. A **Sra. Vanda** afirmou que o Estado vai implantar muitos novos  
398 serviços. E reforçou que sem produção não tem como aumentar teto, os municípios precisam  
399 apresentar produção e que aqueles que tiverem novos serviços terão três meses para essa  
400 revisão. Quanto à reserva técnica de Goiânia citada pelo Sr. Carlos, a **Sra. Sinara Mayena**  
401 esclareceu que esta já foi renovada e já estão repassados os valores. Finalizando, colocou a  
402 área técnica à disposição dos municípios para impressão da PPI e análise de procedimentos.  
403 A **Sra. Vanda** completou afirmando que na pactuação do Estado com Goiânia está sendo  
404 incluída cirurgia cardíaca e infantil, e tem-se a intenção de tirar os procedimentos  
405 oftalmológicos. Afirmou que os médicos do HGP se dispuseram a fazer todos os  
406 procedimentos desde que o equipamento necessário seja comprado, e farão no HGP ou em  
407 lugar determinado pela Prefeitura. Citou que esses médicos ainda solicitaram outro  
408 especialista, e afirmou que está sendo providenciado o que esses profissionais precisam pra  
409 que possam assumir o serviço. O **Sr. Rubens Carlos** comentou se preocupar muito quanto  
410 ouve falar de aumento de leito de hospitais, principalmente ter sido da iniciativa privada, pois  
411 acredita que deveria ser dada uma atenção maior à atenção básica, fazendo ações  
412 preventivas. Afirmou que se a atenção básica melhorar, dentro de alguns anos será possível  
413 ver leitos sobrando nos hospitais. Mas quando se percebe que estão aumentando o numero  
414 de leitos, percebe-se que a população está mais doente, deste modo estamos nos  
415 preparando para acolher doentes, e não para melhorar a qualidade da saúde da população.  
416 A **Sra. Vanda** esclareceu que já foi feita uma reunião com o CONASS e estão sendo  
417 realizadas oficinas para planificação da atenção básica. Afirmou que o problema é que, de  
418 acordo com o ministério da saúde, o estado tem um déficit em relação ao numero de leitos  
419 por habitantes. Citou que quando são habilitados novos leitos, geralmente são para  
420 pacientes que já estão no corredor, não sendo aumentado o número de atendimento, sendo  
421 assim dos quatrocentos leitos que o HGP terá, cento e cinquenta são para pacientes que já  
422 estão nos corredores. Destacou não ser um aumento aleatório, e que cada hospital possui  
423 um perfil, responsabilização e uma pactuação com o hospital. Citou que o hospital de  
424 Araguaçu terá cinquenta leitos, porem cerca de vinte serão para internação prolongada,  
425 sendo o hospital de retaguarda para Gurupi para pacientes destinados a este tipo de  
426 internação. Afirmou que o hospital de Alvorada terá urgência, emergência e cirurgia eletiva, e  
427 atenderá toda a região. Destacou que será feito esse perfil de todos os hospitais do estado, e  
428 que o governo fará investimento para melhorar a eficiência e cumprir a determinação legal do

número de leitos. Comentou que o diretor do DETRAN e o secretário de comunicação foram notificados pelo ministério público federal por causa da super lotação dos hospitais, pois segundo o ministério isto tem ocorrido por conta dos acidentes de trânsito e falta de conscientização através de campanhas. Quanto ao numero de leitos previstos para os hospitais, a **Sra. Maria Auri** questionou como o Estado organizará as cirurgias eletivas das demandas reprimidas que já existem historicamente. A **Sra. Vanda** esclareceu que em parceria com a prefeitura de Palmas, o estado fará a transferência do hospital infantil para um prédio cedido pela prefeitura no Aurenny I, e no local do hospital infantil funcionará o hospital para cirurgias eletivas. Comentou que em Arraias serão feitas dez cirurgias eletivas por semana da especialidade urologia. Ressaltou que o problema acontece com relação ao fluxo e à regulação, pois os médicos possuem listas de cirurgia que o Estado desconhece. E afirmou que tem solicitado que sejam passadas as informações via regulação do Município para a regulação do Estado, não existindo listas de médicos. Informou que em reuniões com os médicos foi acertado que receberão por eletiva, mas somente se informarem via regulação fora do horário da carga horária. Destacou que será feita uma lista pública, em que ao invés do nome do paciente haverá um código. Afirmou que somente será possível fazer eletiva se tivermos hospital de eletivas e ampliarmos os hospitais do interior. Item 2 aprovado pela plenária. **Ponto de Pauta para Apresentação e Homologação: ITEM 3 – Homologar a Portaria GM/MS nº. 198, de 08 de fevereiro de 2013, que estabelece recurso financeiro para o procedimento de Trastuzumabe na quimioterapia do câncer de mama HER-2:** A Coordenadora de Controle e Sistema de Informação, **Sra. Simone Rios** afirmou que o anexo I da portaria GM/MS nº 198, estipula um recurso a ser alocado no MAC do Estado, para o procedimento de trastuzumabe na quimioterapia no câncer de mama, no valor de R\$157.078,96 (cento e cinquenta e sete mil setenta e oito reais e noventa e seis centavos). Destes, informou que para o Hospital Regional de Araguaína serão alocados R\$77.172,89 (setenta e sete mil cento e setenta e dois reais e oitenta e nove centavos), e para o Hospital Geral de Palmas serão R\$79.906,07 (setenta e nove mil novecentos e seis reais e sete centavos). Destacou que esta distribuição ocorrera conforme a produção, e será anual. Informou que o anexo II desta mesma portaria estabelece um recurso a ser disponibilizado para o Estado para exame por técnica molecular do HER-2 no valor de R\$16.208,64 (dezesesseis mil duzentos e oito reais e sessenta e quatro centavos) ano para a gestão estadual. Item 3 homologado pela plenária. **Pontos de Pauta para Informes: A. Informe sobre parceria do Hospital Sírio Libanês:** O

461 expositor SMS de Palmas e Representante da Capital, Walter Balestra informou que pela  
462 manhã na reunião do COSEMES, comentou que o município havia sido procurado pelo  
463 Hospital Sírio Libanês, que no Mecanismo de Renúncia Fiscal, oferece uma parceria com os  
464 municípios do Brasil e para o município de Palmas ofereceu 144 (cento e quarenta e quatro)  
465 vagas. Afirmou que o município não possui o coeficiente de servidores para participar do  
466 curso, então foi feita uma pactuação com a Universidade Federal do Tocantins. Destacou  
467 que o projeto terá duração de 16 (dezesesseis) meses, sendo que destes, os 4 (quatro)  
468 primeiros meses serão para capacitação de 10 (dez) facilitadores e preceptores para os 3  
469 (três) cursos que terão dez meses cada. Informou que será utilizada a modalidade de ensino  
470 a distância com encontros presenciais por videoconferência. Citou os seguintes cursos:  
471 Gestão da Clínica na Região de Saúde, com 48 (quarenta e oito) vagas, sendo 14 (quatorze)  
472 para o município de Palmas e 6 (seis) para Universidade Federal do Tocantins (UFT) e o  
473 restante será disponibilizado pela SESAU para servidores e regiões de saúde; Gestão da  
474 Clínica no SUS e Educação na Saúde para Preceptores do SUS são com 48 (quarenta e  
475 oito) vagas, sendo 30 (trinta) para a SESAU e 18 (dezoito) para Secretária Municipal;  
476 Controle e Regulação e Avaliação e Faturamento com 48 (quarenta e oito) vagas sendo 10  
477 (dez) da SEMUS e 8 (oito) da SESAU e 2 (duas) da UFT e 28 (vinte e oito) da Região de  
478 Saúde. Informou que o calendário de inscrições será divulgado no mês de abril, maiores  
479 informações serão pela Diretoria de Educação e Promoção da Saúde SEMUS Palmas,  
480 através dos telefones 3218-5440, e e-mail: educacaosaude@gmail.com. A Diretora Geral da  
481 Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde, **Sra. Linvalda Rodrigues Herriques de**  
482 **Araújo** complementou afirmando que Sírio Libanês oferecera cinco cursos, sobre Gestão da  
483 Clínica, Mestrado em Ciência e Tecnologia e os três cursos citados pelo Sr. Walter. Foi feita  
484 uma comissão composta por um representante da diretoria geral de educação que é a Sra.  
485 Linvalda, um representante da Secretária Municipal de Saúde, Sr. Alessandro, e o  
486 coordenador do curso de medicina da UFT Sr. Itágoras. Afirmou que a partir de agora haverá  
487 um responsável administrativo que vai responder por toda a parte da comissão, a Pedagoga  
488 Sra. Patrícia, que ficará em contato com o Sírio Libanês e passará todas as informações.  
489 Comentou que nenhuma resolução ou decisão será tomada sem a parceria dos três entes  
490 citados, município de Palmas, estado e UFT. Informou que as videoconferências acontecerão  
491 na UFT, e dos facilitadores destes cursos, 6 (seis) serão indicados pelo Secretário Municipal  
492 de Saúde de Palmas, 6 (seis) pela UFT e 6 (seis) pela SESAU, no final 10 (dez) serão  
493 selecionadas pelo Hospital Sírio Libanês, com Coordenação da Professora Sra. Mariza, que

494 selecionará 6 (seis) facilitadores para o acompanhamento dos cursos, sendo 2 (dois) para  
495 cada curso. Esclareceu que esses 2 (dois) facilitadores serão escolhido de acordo com o  
496 perfil. Informou que até o dia 5 (cinco) será feito o edital de seleção para as pessoas que  
497 participarão por região, e será apresentado para a comissão. Destacou a importância da  
498 participação do COSEMS, e que as vagas serão disponibilizadas de acordo com a  
499 competência. Ressaltou que não será abrangente para todo o Estado, será para a região de  
500 Palmas, porém pelas vagas disponíveis para o estado serão disponibilizadas vagas para a  
501 regulação de Municípios como Araguaína e Porto Nacional, entre outros. **B. Informe sobre**  
502 **audiência pública sobre tenção básica:** A Diretora de Atenção Primária, **Sra. Maria Nadir da**  
503 **Conceição Santos**, convidou a todos para a Audiência Pública com o tema central (atenção  
504 básica), a ser realizada pelo Ministério Público Federal no dia 16 de abril, no auditório da  
505 Polícia Militar. A **Sra. Vanda Paiva**, afirmou ser uma intimação do Ministério Público Federal.  
506 **C. Informe sobre A 13º Encontro das Secretárias Municipais de Saúde dia 16 e 17/04:** O SMS de  
507 Monte do Carmo e Presidente do COSEMS, **Sr. Sinvaldo dos Santos Moraes** reforçou o  
508 convite da Sra. Nadir para participação na audiência pública que coincidiu com o 13º  
509 Encontro das Secretárias Municipais de Saúde, porém após articulação, o Ministério Público  
510 concordou em unir à abertura dos dois eventos. Comentou que junto ao evento do COSEMS  
511 haverá também o encontro dos apoiadores do Ministério da Saúde e SESAU, o que veio a  
512 calhar com a proposta do Ministério Público. Deste modo à abertura acontecerá em conjunto  
513 entre Ministério Público, COSEMS, SESAU e Ministério da Saúde, e ocorrerá dia 16 de abril  
514 às 08h30min. A partir das 10h iniciará o primeiro tema: "Articulação Interfederativa – Avanços  
515 e Perspectivas", com a presença confirmada do Sr. André Bonifácio, Diretor do  
516 Departamento de Articulação Interfederativa do Ministério da Saúde. Em seguida, o tema  
517 será "Atenção Básica como Ordenadora da Atenção e Coordenadora do Cuidado". No  
518 período da tarde, o tema será "Rede de Atenção a Saúde no SUS", com o Apoiador Estadual  
519 de Rede de Atenção a Saúde, Sr. Daniel Borini Zemuner. O dia 17 iniciará com o tema "Rede  
520 Cegonha", com a Apoiadora Estadual da Rede Cegonha, Sra. Érika Dittz, depois o tema será  
521 "Rede de Urgência e Emergência", com o apoiador da Rede de Urgência e Emergência, Sr.  
522 Luciano Gomes Marcelino, em seguida o tema será "Rede de Atenção Psicossocial". No  
523 período da tarde haverá uma mesa redonda com o tema "Encaminhamentos das Prioridades  
524 Identificadas no Encontro" com a participação de representantes do COSEMS, SESAU e  
525 Ministério da Saúde, e coordenada pelo representante do Conselho Nacional de Secretárias  
526 Municipais de Saúde (CONASEMS), Sr. Marcos Franco. Informou que às 15h acontecerá

527 Assembléia Geral Ordinária do COSEMS para eleição da nova diretoria do COSEMS, para  
528 biênio 2013/2014. D. Informe sobre Nota Jurídica CONASEMS/Incentivo de Custeio para  
529 Implantação de Equipes de Agentes Comunitários de Saúde - ACS: O SMS de Monte do Carmo  
530 e Presidente do COSEMS, **Sr. Sinvaldo dos Santos Moraes** informou que foi publicada a  
531 Portaria GM/MS N°. 260 de 21 de fevereiro de 2013, que aumenta o incentivo do Agente  
532 Comunitário de Saúde (ACS) para R\$950,00 (novecentos e cinquenta reais). Deste modo,  
533 afirmou que os ACS têm feito articulações solicitando que a gestão repasse este incentivo de  
534 forma integral em conta piso salarial, porém, ressaltou que esta solicitação diverge da  
535 implantação do programa. Afirmou que consultou a assessoria jurídica do CONASEMS, que  
536 emitiu nota técnica na qual informa que os valores dos incentivos financeiros para as equipes  
537 de ACS são feitos por transferências mensais, deste modo os incentivos recebidos não estão  
538 vinculados ao pagamento de salários, e o valor afixado pela referida portaria de maneira  
539 alguma corresponde ao piso salarial dos agentes. Destacou que caso o município queira  
540 fazer uma complementação, esta acontecerá com recurso próprio. E. Informe sobre o Abaixo  
541 Assinado para que 10% do Produto Interno Bruto (PIB) Brasileiro seja  
542 Destinado à Saúde Pública: A Secretária de Estado da Saúde e Presidente da CIB, **Sra.**  
543 **Vanda Maria Gonçalves Paiva** informou que os representantes e diretoria do Conselho  
544 Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS) estiveram no Congresso Nacional e no  
545 Senado solicitando mais recursos de financiamento para a Saúde. Afirmou que os senadores  
546 cobraram que a saúde faça uma movimentação assim como a Educação tem feito, caso  
547 contrário, este financiamento não será possível. Afirmou que o abaixo assinado será  
548 entregue dia 10 de abril próximo, e comentou que quase nenhum município e nem a própria  
549 SESAU se mobilizou para o colhimento das assinaturas. Destacou que todos os Secretários  
550 Estaduais se comprometeram em procurar os Secretários Municipais, os Conselhos e  
551 Sindicatos para que seja feita uma movimentação política a favor deste aumento de recursos  
552 para a Saúde. Afirmou que o abaixo assinado será passado nos hospitais e entre os  
553 servidores da Saúde, e falará com o Governador para que seja enviado para a Assembléia  
554 Legislativa para que os parlamentares também recolham assinatura. F. Informe sobre  
555 Transplantes no Tocantins: A Secretária de Estado da Saúde e Presidente da CIB, **Sra.**  
556 **Vanda Maria Gonçalves Paiva** afirmou que o Tocantins é o único Estado do país que não  
557 faz transplantes, mas ressaltou que já se tem um grande avanço para transplantes de córnea  
558 e rins. Informou que será apresentado um projeto para a próxima reunião da CIB, que será  
559 piloto no país, pois será a primeira vez que uma instituição de renome dará tutoria para um

hospital público. Afirmou que a instituição selecionada para dar a tutoria para os profissionais do Tocantins é a Fundação Universidade de São Paulo (FUSP). Destacou que são 5 (cinco) oftalmologistas capacitados para transplante de córnea, fazendo um treinamento no Hospital de Sorocaba, e são 2 (dois) profissionais habilitados a fazer transplantes de rins, citando que o Dr. Wesley, do HGP, participa todo mês da equipe do Santa Marcelina. Comentou que o Dr. Wesley e o Dr. Antônio Fagundes estão à frente do projeto do MS, e este depende apenas da aprovação da CIB. Afirmou que todas as despesas de capacitação e de profissionais que acompanham transplantes em outros lugares são custeados pelo MS a partir da aprovação na CIB, por enquanto o Estado está pagando. Citou ter recebido algumas críticas que afirmam que enquanto estão se falando em transplantes existem filas de cirurgias básicas para serem feitas, porém ressaltou que esta também é uma necessidade e será custeada pelo MS. A **Sra. Maria Auri** questionou se para este abaixo assinado existe formulário específico. A **Sra. Vanda** afirmou que sim. O **Sr. Sinvaldo** afirmou que o COSEMS recebeu esta semana o formulário, e encaminhará para os municípios. Destacou que o CONASEMS está com a responsabilidade de receber o maior número de assinaturas. A **Sra. Vanda** informou que os senadores criticaram a Saúde por conta da falta de mobilização até então. Comentou ser a Vice-Presidente do CONASS representando a Região Norte e seu interesse pela articulação por recursos para a Saúde. Portanto, nada mais tendo a tratar, a **Sra. Vanda Maria Gonçalves Paiva** concluindo, se despediu, encerrando a reunião às dezessete horas e vinte e dois minutos. E para constar foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pela Presidente da CIB, e pelos demais membros presentes nesta reunião.

Gábia Gerciann Vieira Oliveira Santos/Coordenação de Convênios: \_\_\_\_\_

Hernane F. Monteiro/Diretor do Departamento de Gestão do Fundo Estadual de Saúde: \_\_\_\_\_

Linvalda Rodrigues Henriques de Araújo/ Diretora Geral da ETSUS: \_\_\_\_\_

Ludimila A. M. Barros/Diretora de Gestão do Desempenho e Regulação do Trabalho: \_\_\_\_\_

Maria Nadir da Conceição Santos/Diretora de Atenção Primária: \_\_\_\_\_

Mísia Saldanha Figuerêdo/Diretora de Planejamento do SUS: \_\_\_\_\_

Morgana M. dos Santos/Diretora do Departamento de Atenção e Promoção a Saúde: \_\_\_\_\_

Ruth Mercês L. N. Paranaguá/Diretora do Departamento de Vigilância e Proteção a Saúde: \_\_\_\_\_

Vanda Maria Gonçalves Paiva/Secretária de Estado da Saúde e Presidente da CIB: \_\_\_\_\_

- 591 Larissa Arantes Lopes/SMS de Guaraí: *Larissa*
- 592 Maria da Conceição Marinho Farias Rêgo/SMS de Tocantinópolis: *Maria da Conceição M. de F. Rêgo*
- 593 Rubens Carlos Neves/SMS de Araguaína: \_\_\_\_\_
- 594 Rui Araújo Azevedo/SMS de Paraíso: \_\_\_\_\_
- 595 Sílvia Marcos Oliveira Lira/SMS de São Félix: *Sílvia Marcos Oliveira Lira*
- 596 Sinvaldo dos Santos Moraes/SMS de Monte do Carmo e Presidente do COSEMS: *Sinvaldo*
- 597 Sirlene Pereira dos Santos Farias/SMS de Novo Alegre: *Sirlene*
- 598 Walter Balestra/SMS de Palmas: \_\_\_\_\_

